

HEGEMONIA GLOBAL DISTENDIDA E O NOVO CÓDIGO GEOPOLÍTICO DOS ESTADOS UNIDOS PARA A AMÉRICA LATINA

Prof. Dr. Ivaldo G. Lima – UFF

ivaldogeo@ig.com.br

Prof. MSc. Rodrigo Pina – Colégio Pedro II

rodrigopina78@gmail.com

RESUMO

No presente trabalho, aborda-se a mudança do código geopolítico dos Estados Unidos, que passa da contenção à prevenção, no bojo das reacomodações da ordem mundial, ao longo das últimas duas décadas. Enfatizam-se as tensões inerentes a essas reacomodações na perspectiva da territorialização militar em rede estadunidense na América Latina, interpretada como um dos imperativos geoestratégicos dos Estados Unidos na trama da geografia política do mundo contemporâneo.

Palavras-chave: hegemonia global; código geopolítico; geoestratégia estadunidense.

INTRODUÇÃO:

Nos últimos vinte anos, um desafio interpretativo se interpôs à geopolítica crítica: como é reimaginado e reescrito sistemicamente o espaço global por centros de poder e de autoridade na virada do milênio. Nas palavras de Ó Tuathail (1996:249), “o desafio para as geopolíticas críticas, atualmente, é documentar e desconstruir as formas institucionais, tecnológicas e materiais” daquilo que o autor denomina constelações de “geo-poder”. Uma virada de milênio que recebeu, dentre outras, a adjetivação de nova ordem internacional. Tratava-se do “poder da tríade”, uma nova ordem polarizada por três pilares: Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão.

Nos anos noventa, um destacado analista concluía que dos “três grandes polos de poder do planeta, Europa Ocidental e Japão estão assolados em uma das mais graves crises econômicas do pós-guerra. (...) Assim, dos três pilares do poder no mundo, somente os Estados Unidos pareceriam emergir da crise; ainda que

convalescentes de uma curta recessão de 1991-1992, sua economia mostra um dinamismo respeitável e ninguém poderia negar a supremacia militar dos estadunidenses.” (VALLADÃO, 1994:23-27). Já para Wallerstein (2007:31 e 39), à mesma época, “a hegemonia global estadunidense – um fenômeno breve, como foram hegemonias prévias desse tipo – se manteve temporalmente graças aos rendimentos das empresas produtivas, comerciais e financeiras estadunidenses. Entretanto, esse período já se concluiu. (...) Tampouco, parece provável que haja forças, sejam radicais ou conservadoras, dispostas a realizar muitos esforços para ressuscitar o atlantismo nas próximas décadas”. É, justamente, a partir da revisão crítica dessas considerações que apresentamos a questão desse trabalho: à luz da atual recomposição hegemônica na escala mundial, como se redefinem os imperativos geoestratégicos estadunidenses? Partimos da premissa de que, seja qual for a forma que esteja assumindo a hegemonia nos dias atuais, os interesses estadunidenses jogam um papel fundamental neste movimento geopolítico. As interpretações sobre o papel global dos Estados Unidos variam desde a posição de Agnew e Corbridge (1995) que concebem o regime hegemônico corrente como um “liberalismo transnacional”, até a visão de Gregory (2004) que o concebe a paisagem política, após os ataques de 11 de setembro de 2001, como um “presente colonial”. Destarte, para efeito de nossa análise, adiantamos que tomamos como referência geográfica específica, a América Latina, para deciframos, em parte, esse papel desempenhado pelos Estados Unidos na geografia política contemporânea e que, ademais, consideramos a hegemonia como um conceito usado “para descrever os processos pelos quais pessoas são dominadas ou governadas” (GALLAHER, 2009: 65).

Partimos da premissa que os Estados Unidos alteram seu código geopolítico no decurso dos anos 2000, corroborando a ideia de que a chamada nova ordem internacional correspondeu a um período geo-histórico concernente aos anos 1990, mais precisamente, coincidente com a gestão presidencial de Bill Clinton, que acedeu ao poder da Casa Branca em janeiro de 1993. Essa ideia é reforçada por Valenzuela (2012:6) quando afirma que “a nova ordem mundial’ surgida com a queda do muro de Berlim, o afundamento do império soviético e o final da Guerra fria, foi de breve duração, apenas os anos noventa do passado século. (...)” e que a

última foto triunfalista dessa nova ordem “foi a da reunião do G-8 na Alemanha em 2007. (...) No outono de 2008, a quebra de Lehman Brothers desencadeava uma brutal crise financeira mundial”. O sociólogo Boaventura Sousa Santos questionou, naquele momento, se não adentrávamos num período pós-neoliberal. Nesse escopo, nosso objetivo é apresentar e discutir o novo código geopolítico dos Estados Unidos concebendo-o como um dos novos imperativos geoestratégicos desse país, em especial para a América Latina, num contexto internacional de rápidas e profundas transformações nessa virada de milênio.

Para tanto, estrutura-se o texto em duas partes principais: i) uma primeira, na qual se apresenta um arrazoado acerca das mudanças mais significativas da política mundial nos últimos vinte anos, contextualizando a posição dos Estados Unidos na ordem mundial e as perspectivas de acomodação geopolítica face à atuação de outros centros de poder que friccionam a configuração da hegemonia global, especialmente a partir de uma análise crítica dos trabalhos de Zbigniew Brzezinski e de John Agnew; ii) e uma segunda, na qual é apresentado um comentário analítico sobre o exemplo específico da mudança do código geopolítico dos EE.UU., desdobrando-se o que é código geopolítico, como se definia esse código estadunidense durante a Guerra Fria, como ele se define atualmente e como assume a condição de imperativo geoestratégico dos Estados Unidos sobre a América Latina. Finalizamos o texto com o apontamento de uma conclusão e de uma perspectiva sobre a questão discutida.

Guerra de tronos: uma metáfora para interpretar a redefinição da hegemonia mundial?

Esclarecemos, logo de saída, que a concepção basilar que operacionalizamos de hegemonia deita raízes na vasta obra de Antonio Gramsci, sendo, por isso, definida como uma situação de supremacia na qual são articuladas, de forma incontornável, as pré-condições de uma dominância econômico-produtiva, uma direção político-militar e uma liderança cultural-ideológica. Nesse sentido, as análises de outros autores que serão mencionadas ao longo do texto, estarão em constante tensionamento com essa concepção basilar. Pautados nesse alicerce teórico,

apostamos no embate de uma geopolítica crítica na busca de sentido em face de uma geopolítica normativa promotora de resultados (LIMA, 2005, 2012).

Em um livro fundamental sobre uma “re-visão” da política mundial, Agnew (2005:153) nos alerta que

as condições atuais não são propícias para que a imaginação geopolítica permaneça tal e qual a conhecemos no passado, ainda que tenham ocorrido contínuas tentativas de insuflar-lhe nova vida, como evidencia o exemplo de Brzezinski (1997). O fato de que tenha perdido muito de seu atrativo intelectual, ainda que não de todo o político, nos coloca, efetivamente, que a possibilidade de repensar a geopolítica também depende da mudança das circunstâncias históricas. (...) O que se necessita é uma imaginação geográfica que leve a sério os lugares como cenários da vida humana e que trate de interpretar a política mundial de um ponto de vista da repercussão que tem no bem-estar material e na identidade dos povos de distintos lugares (grifo no original).

Ao nosso ver, são essas circunstâncias históricas que dialogam com a possibilidade de repensar as imaginações geográfica e geopolítica, sem que uma se torne refém da outra, mas coprotagonizem um pensamento crítico acerca da relação entre espaço e poder, razão primeva de se pensar e fazer geografia política e geopolítica. Por seu turno, a importância dos lugares, advogada por John Agnew é, absolutamente, coincidente e complementar à importância do jogo de escalas na análise político-geográfica, permitindo-nos afirmar que considerações sobre o papel dos Estados – e suas políticas externas – e as novas realidades socioespaciais que suscitam é objeto focal e legítimo de uma imaginação geográfica comprometida com a vida das pessoas nos lugares em que se situam concretamente. Assim, partimos de considerações da política em seu escopo planetário, tomando os Estados como um de seus vetores mais destacados. De fato, reforçamos um certo paradigma realista de geografia política que estuda como “ordens mundiais baseadas em diferentes princípios geográficos organizacionais (como impérios, sistemas estatais, relações materiais e ideológicas) ascendem e colapsam” (AGNEW, MITCHELL, TUATHAIL, 2003:2).

Em 1997, nas conclusões de um de seus livros, Brzezinski (2008:217) conjecturava que, “no curso das próximas décadas, poderia surgir uma estrutura efetiva de cooperação global baseada nas realidades geopolíticas que passaria a

ostentar o cetro do atual ‘príncipe regente’, que, no momento está carregando o peso da responsabilidade de assegurar a estabilidade e a paz mundiais”. Nessa conjectura, o autor se refere, claramente, ao papel desempenhado pelos Estados Unidos da América como “primeira, única e verdadeira superpotência global”. Contudo, também está claro para esse ex-conselheiro de segurança de Jimmy Carter que, “ao longo prazo, as políticas globais tenderão a ser cada vez mais incompatíveis com a concentração de poder hegemônico nas mãos de um único Estado. Daí que os Estados Unidos não são apenas a primeira e única verdadeira superpotência como, provavelmente, serão também a última. (...) Por conseguinte, uma vez que a liderança estadunidense comece a declinar, é improvável que algum Estado individual possa ostentar a atual preeminência global dos Estados Unidos.” E complementa o autor; “a hegemonia é algo tão antigo como a humanidade. Mas, a atual supremacia global estadunidense se destaca pela rapidez com que surgiu, por seu alcance global e pela *maneira em que é exercida*” (BRZEZINSKI, 2008:13, grifo nosso). Em que pesem os excessos de Brzezinski quanto às adjetivações de “superpotência” – termo historicamente datado e situado no contexto da existência de um duplo que lhe rivalizava – , de “verdadeira” – permitindo supor que haveria alguma falsa... – e do equívoco metonímico de se falar de um “poder hegemônico”, as considerações do autor problematizam a interpretação de uma escola de hegemonias sucessivas, comandadas por um Estado específico. Nesse viés interpretativo de ascensão e queda hegemônicas – frontalmente contestado por Samir Amin, a história moderna nos ofereceria os exemplos possíveis de Portugal e Espanha nos séculos XV e XVI, Holanda no século XVII, França no século XVIII, Inglaterra no século XIX e Estados Unidos no século XX. Ao vislumbrar o surgimento de uma “estrutura efetiva de cooperação global”, no lugar de um Estado apenas, o autor não deixa de lançar mão da figura do cetro que se passaria adiante. Evoca a imagem do trono que se desocupa e ocupa, sem vácuo de poder e sem imunização contra disputas conflituosas, confrontações destrutivas ou mesmo guerras, ao longo dos últimos cinco séculos.

Seguindo o mesmo fulcro metafórico de Brzezinski, Javier Valenzuela (2012:6) prevê uma “guerra de tronos” até 2030, na perspectiva de que o mapa das potências está em plena revisão, o centro de gravidade de poder se desloca devido

à perda de pujança do Ocidente e que caminhamos em direção a uma nova ordem ou desordem mundial”. Este último autor, entende que “estamos em plena desordem mundial e o que se pode prever, razoavelmente, para os próximos anos se assemelha mais a uma Idade Média, a uma espécie de guerra de tronos com múltiplos reinos, senhores e cidades com forças mais ou menos semelhantes, competindo, implacavelmente, uns com os outros sem que nenhum deles possa se impor com proeminência” (VALENZUELA, 2012:6).

À parte do que possa ocorrer com o exercício da hegemonia ao nível global, é indiscutível o papel proeminente que desempenham os Estados Unidos na atual ordem mundial. A opinião da secretária de Estado Hillary Clinton (2012:17) reforça esta concepção ao afirmar que: “ não existe qualquer precedente na história do papel que desempenhamos ou da responsabilidade que assumimos e que não há alternativa. Isto é o que faz com que a liderança estadunidense seja tão excepcional e é por isso que estou segura de que continuaremos servindo e defendendo uma ordem mundial pacífica e próspera nos anos vindouros”. Ao mesmo tempo, a mencionada secretária reconhece que os Estados Unidos precisam ajustar seus imperativos geoestratégicos – entendidos como vetores de sua política externa – às novas realidades. “Na medida em que cambiam os equilíbrios de poder no mundo, os Estados Unidos desenvolvem uma nova gama de ferramentas diplomáticas, sociais, econômicas, políticas e de segurança para solucionar novos e complexos problemas geopolíticos” (CLINTON, 2012: 6).

Se há uma indicação de que “novos e complexos problemas geopolíticos” se afiguram neste início de século, parece lícito situá-los na mudança de contexto que lhes baliza e dá significado geo-histórico. Assim, lembramos que o contexto no qual se afirmou a “nova ordem mundial” dos anos 1990 reproduzia, em ampla medida, as características do próprio sistema político estadunidense, ou seja, a supremacia dos Estados Unidos conduziu à percepção de se produzir “uma nova ordem mundial” à sua imagem e semelhança. Para Brzezinski (2008:37), as características básicas dessa nova ordem incluem: 1. Um sistema de segurança coletiva que incluem mandos e forças integradas, como a OTAN; 2. Uma cooperação econômica regional, como APEC e NAFTA, e instituições especializadas de cooperação global, como Banco Mundial, FMI e OMC; 3. Procedimentos que reforçam a tomada de decisões

por consenso, ainda que dominada pelos Estados Unidos; 4. Uma preferência pela participação democrática dentro das alianças-chave; e 5. Uma rudimentar estrutura constitucional e judicial global, que vai desde o Tribunal Internacional de Justiça ao tribunal especial para julgar os crimes de guerra na Bósnia.

As mudanças nesse contexto são perceptíveis. Segundo Aguirre (2012:15), “nos últimos anos, a configuração do poder na cena internacional sofreu fortes câmbios. A ascensão de potências regionais se manifestou paralelamente à crise dos Estados Unidos e da Europa, o renascimento autoritário da Rússia e o impulso da China e de outros países asiáticos produziu um deslocamento de poder do Ocidente para o Oriente. (...) No caso dos Estados Unidos, o espaço econômico ganhado por outros, unido a seu endividamento devido às custosas guerras no Iraque e no Afeganistão, mais a falta de inversão em infraestruturas e educação, aceleraram o declive de sua hegemonia global”. Reiteramos a análise de Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori, em seu livro *Poder e dinheiro*, de que deparamos um declive relativo, ou como corrobora Wallerstein (2007:31), afirmando que esse declive é contínuo e lento, e que se trata “de uma decadência relativa”. Isto é, tratamos, com efeito, da maior economia do mundo dispondo da maior máquina de guerra do planeta e de meios eficazes de transmissão de sua cultura – incluindo a política -, como, e.g., o seu patrimônio fílmico. Valenzuela (2012:6) nos lembra que se trata de um país com ativos poderosos, tais como:

um sistema financeiro que, embora desprestigiado, é a primeira referência mundial, uma grande produção industrial, marcas e empresas implantadas em todas as partes, universidades de prestígio, uma incessante oferta televisiva e cinematográfica, a genialidade tecnológica do Silicon Valley, um mercado de trabalho atrativo para estrangeiros e uma incombustível capacidade para levantar-se após as quedas. Last but not least, é uma potência militar sem parâmetro (quase a metade dos gastos militares planetários são norte-americanos).

Todavia, segue o questionamento, como poderiam os Estados Unidos continuar sendo uma potência global em meio a esses câmbios globais e a sua própria crise interna? Para alguns analistas, como no estudo *Global Trends 2030*, os Estados Unidos, com um crescimento médio de 2,7 % entre 2010 e 2030,

confirmariam sua relativa perda de peso econômico, passando a sua participação no PIB do G-20 de um terço para um quarto.

Em seu recente livro *Strategic vision. America and the crisis of global Power*, Brzezinski (2012) reconhece que os Estados Unidos têm fortes debilidades, como a dívida externa, um sistema financeiro excessivamente especulativo, uma notória desigualdade social – no conjunto dos países centrais – uma infraestrutura em decadência, a ignorância maciça de seus cidadãos acerca do mundo e a contundente polarização da política interna. Nesse livro, o autor recomenda estrategicamente que os Estados Unidos centralizem seus esforços externos no reforço dos vínculos com Europa, Turquia e Rússia. Ao mesmo tempo, recomenda que o governo estadunidense fortaleça os vínculos com a China, promova a aproximação entre este país e o Japão, analise os vínculos com países como o Vietnã, Cingapura e Filipinas e amplie as relações com a Índia, o Paquistão e a Indonésia. Desse rol de recomendações, destacamos um exemplo em particular: a China. Não há lugar para dúvida de que as atenções geoestratégicas dos Estados Unidos devam considerar, muito especialmente, a Eurásia – com seu pivô chinês – na atual conjuntura geopolítica mundial, ainda que isto lhes custe o enfrentamento de um dilema, como anuncia Boniface (2012:26): “Obama se encontra com o mesmo dilema que Bush em relação à China. Ela não é um sócio dos Estados Unidos nem tampouco um adversário”. O mesmo sendo reiterado por Bassets (2012:12), quando pondera que será difícil que Washington traslade definitivamente o pivô ou eixo do mundo e se dedique a disputar a hegemonia com o sócio e, sem dúvida, rival estratégico que é a China”.

Contudo, mesmo admitindo-se a relevância que a Eurásia assume na presente ordem mundial, resta-nos investigar que atenção estratégica estariam os Estados Unidos dispensando à América Latina. Em outras palavras, que imperativos geoestratégicos os Estados Unidos estariam direcionando à América Latina e motivados por quais interesses? Como havíamos alertado na introdução deste texto, nos dedicamos a analisar como a mudança do código geopolítico dos Estados Unidos, no atual contexto mundial, redefine sua política externa para a América Latina, promovendo uma nova configuração de sua territorialização militar em rede.

O novo código geopolítico dos Estados Unidos e sua territorialização militar em rede na América Latina: uma análise

Eleger um código e estabelecer seus propósitos é algo determinado na realidade pelas condições e situações geopolíticas existentes, e se as circunstâncias sofrem alteração, os códigos e as alianças geopolíticas; as representações geográficas e as territorialidades, inevitavelmente, devem ser reorientados.

Nem todo código configura-se territorialmente de forma expressiva, mas, uma vez que códigos e territórios são definidos por relações de poder, os códigos do poder de tipo geopolítico orientam processos de territorialização específicos, como o de territorialização militar em rede no contexto da nova geopolítica estadunidense para a América Latina, que evidencia a faceta territorial do novo código geopolítico.

Código geopolítico é um conceito da geografia política cunhado pelo historiador estadunidense John Lewis Gaddis em 1982 – em sua obra *Strategies of Containment: A Critical Appraisal of Postwar American National Security Policy* – e trabalhado por alguns geógrafos políticos (Colin Flint, Peter Taylor, John Agnew, Gearóid Ó Tuathail, Simon Dalby, Paul Routledge, Klaus Dodds, John O’Loughlin etc.). Trata-se de um conceito que nos permite estabelecer um elo entre a nova geopolítica estadunidense e a territorialização militar que se redefine na América Latina.

Um Estado ao executar sua política externa o faz a partir de um código geopolítico, ou seja, um código é definido por diversas ideias conjugadas que explicitam as intencionalidades de um Estado em relação a outros Estados, e ainda definem que tipo de conduta deve-se realizar para responder aos riscos que existem (ou são inventados) externamente. Dijkink (1996) ressalta uma primeira conceituação de código geopolítico, desenvolvida por Gaddis (1982), como “suposições sobre interesses americanos no mundo, potenciais ameaças a eles, e respostas viáveis” (p.12). Os códigos geopolíticos podem ser caracterizados, nessa perspectiva, como um “conjunto de supostos estratégicos elaborados com o objetivo de orientar a política externa de um determinado Estado” (TAYLOR e FLINT, 2002: 99), ou seja, como um imperativo geoestratégico.

De acordo com os autores, “os códigos geopolíticos não são somente estadocêntricos, porém supõem uma visão particular do mundo exclusiva de um Estado, portanto, são por definição imagens de mundo muito parciais”. Os códigos geopolíticos são operacionais, e “supõem a avaliação, segundo sua importância estratégica e enquanto ameaças potenciais, de lugares que estão mais além das fronteiras do Estado” (p. 99). Destarte, os códigos geopolíticos são os alicerces nos quais estão assentadas as geoestratégias de um determinado Estado.

Taylor e Flint (2002) analisam alguns códigos geopolíticos no contexto da Guerra Fria, onde o código geral, no caso dos Estados Unidos, é o da contenção (sofrear o “perigo comunista”) de uma expansão territorial inimiga. Com o fim da Guerra Fria não havia mais necessidade de conter o inimigo expansionista, em compensação, na tentativa de manterem-se hegemônicos, os Estados Unidos buscam justificar sua política externa de outras formas. “Inimigos” e “ameaças” de outros tipos deveriam ser “inventados”, combatidos e tornados universais. Segundo Naji e Jawan (2011), os Estados Unidos precisaram redefinir seus códigos para confrontar com novas e diferentes questões internacionais.

Segundo Flint (2006),

Entender o conceito de um código geopolítico permite uma análise de múltiplas pautas que países enfrentam e a diversidade de opções políticas que estão disponíveis para endereçar a esses países. Além disso, códigos geopolíticos são contestados entre países com diferentes interesses políticos ao passo que cada país busca diferentes políticas. Agentes geopolíticos não têm completa liberdade para definir seu código, o contexto de que outro país, talvez mais poderoso, está fazendo, deve ser levado em consideração. O dinamismo de códigos geopolíticos é um resultado da interação, talvez da inseparabilidade, de políticas domésticas e mudanças no contexto global (p. 76).

Os interesses estatais podem ser representados pelos códigos geopolíticos, e estes servem, tanto no discurso quanto na prática, como formas de justificar as atitudes de política externa de um Estado. Importante dizer que, apesar de cada Estado elaborar seu código geopolítico, sua eficácia dependerá de diversos fatores, como por exemplo: a) o conjunto de ideias gerais que justifiquem ou até mesmo camuflem as reais intenções do código, b) a capacidade (militar, por exemplo) para sua aplicação e conduta, c) os agentes envolvidos no processo.

Os códigos são mutáveis, territorial e temporalmente, ou seja, se um código geopolítico não mais dá conta de responder pelos objetivos principais de um Estado num determinado contexto histórico e geográfico, ele passa a não ter finalidades tão óbvias quanto ao momento que foi elaborado, e passa a ser, rápida ou lentamente, substituível por um novo código.

Conforme Taylor e Flint (2002), os códigos geopolíticos podem manter relações conflitantes e funcionar nos níveis: local, regional e global.

Os códigos de nível local supõem uma avaliação dos Estados vizinhos e tem que ser elaborados pelos governos de todos os países, por menores que sejam. Os códigos de nível regional são necessários para os Estados que aspiram projetar seu poder mais além de seus vizinhos imediatos, e os governos de todos os países que são potências regionais ou dos que aspiram ser tem que desenhar esses códigos. Por último, alguns Estados tem políticas globais, porque seus governos dispõem de códigos geopolíticos de extensão mundial (TAYLOR e FLINT, 2002: 99).

Todos os Estados têm códigos locais, muitos têm códigos regionais, e só alguns poucos possuem códigos geopolíticos globais, afirmam os autores. Façamos uma caracterização genérica do código da contenção para que tratemos, em seguida, do novo código geopolítico estadunidense.

Segundo Taylor e Flint (2002), o código geopolítico global da contenção é assinalado pela política externa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. A URSS como um inimigo de caráter expansionista implicava numa postura defensiva de seu rival, que buscava conter tal expansão, enquanto concomitantemente também se expandia. Vale ressaltar a observação dos autores sobre a não existência de um único código de contenção, mas sim de “uma família de códigos geopolíticos que são aplicados com o nome genérico de contenção” (p. 100). Existiram variações do código de contenção, mas de uma maneira geral a pretensão era a de “cercar o inimigo”, contendo-o (p. 103).

Com o fim da Guerra Fria não havia mais necessidade de conter o inimigo expansionista, e na tentativa de manterem-se hegemônicos, os Estados Unidos buscaram justificar sua política externa de outras formas, um inimigo de outro tipo deveria ser identificado. Conseqüentemente tornou-se indispensável a criação de

um novo código geopolítico global que encontra especificidades nas escalas local e regional.

Os códigos podem coexistir, não só no sentido da diversidade de escalas (local, regional e global), com cada Estado projetando seu próprio código influenciando e sendo influenciado por outros, mas também no plano da modificação e substituição de tipos de códigos. Apoiando-nos em Luhmann (2005), vale ressaltar que os códigos “não contém nada que obstrua tanto a mudança como a preservação”, e podem valer “tanto universalmente como de modos bastante específicos” (p. 82).

O período pós-Guerra Fria é marcado pelo “desaparecimento da ordem espacial (formas, hierarquias e códigos) da *Pax americana*” (Ó TUATHAIL *apud* FONT e RUFÍ, 2006: 144). Como afirmam Taylor e Flint (2002), “imediatamente posterior à Guerra Fria não está claro com que códigos geopolíticos acabaram operando o governo norte-americano; a geopolítica é, todavia muito mutável para fazer predições seguras” (p. 105).

Em relação ao novo código geopolítico da prevenção, consideramos o significado mais abrangente da palavra prevenção, o ato de prevenir, a partir de valores básicos e gerais. Ou seja, a ação de prevenir(-se) nos dirige interpretativamente à ações análogas, onde listaríamos de antemão, por exemplo: precaução; cautela; modo de ver antecipado, planejado; disposição ou preparo antecipado e próprio para evitar etc. Contudo, nosso esforço está voltado para a adequação conceitual do termo prevenção e do verbo prevenir ao âmbito da geografia política, tanto no aspecto geopolítico (código) quanto na feição da territorialização efetiva: a territorialização militar em rede.

Por isso, ao buscarmos o sentido etimológico do verbo prevenir, encontramos o latim *praevenire* significando, por exemplo, “tomar a frente” (no e a partir do território), e ainda, se metaforizarmos espacialmente o ato de prevenir(-se), certamente nossos alicerces interpretativos estariam nos seguintes significados: armar-se; premunir-se; adiantar-se; fazer tender; realizar algo antecipadamente etc. Entretanto duas significações nos interessam mais de perto: dispor (territorialmente) com antecipação ou disposição antecipada e preparação.

Consoante Rodrigues (2004:1), o termo prevenção significa

(...) impedir que um adversário venha a adquirir uma determinada capacidade militar que possa constituir, logo que disponível, uma grave ameaça potencial; pressupõe actuar antes de ser indispensável e resulta, normalmente, de uma análise comparativa entre os riscos de não actuar e os riscos de actuar. Corresponde a uma postura de maior precaução quer pela imprevisibilidade da ameaça quer por se considerar serem inaceitáveis os potenciais riscos de sua eventual concretização; contrariamente à percepção mais generalizada, não tem a ver apenas com medidas militares de uso da força; incluiu também todo o leque de medidas diplomáticas, políticas, financeiras que normalmente antecedem o recurso à força.

Com o fim da bipolaridade instaurada no pós-Guerra Fria e a criação de uma nova (des)ordem mundial, é posta em questão, novamente, a representação e a reimaginação do espaço global. Segundo Taylor e Flint (2002), tal questão encontra-se em relação direta com a criação dos códigos geopolíticos (p. 111). Como representar o espaço é questão crucial para a (re)definição dos códigos, temos estabelecida uma transição geopolítica acompanhada por uma mudança de código que se impõe.

Na passagem seguinte parece ficar ainda mais clara a vigência de um novo código geopolítico estadunidense no contexto da transição histórica e geográfica aberta com o fim da bipolaridade.

Após a queda do muro de Berlim, a estratégia de engajamento do Pentágono deixou clara a intenção de “modelar o ambiente internacional” para acomodar os interesses políticos dos EUA. Desde então, o seu poder militar globalmente vem sendo utilizado para tranquilizar, antecipar, intimidar, prevenir, influenciar, guiar e controlar, rotineira e continuamente, o resto do mundo, estando presente em todas as situações em que se entendeu necessário para defender os interesses norte-americanos (MORAES, 2004: 383).

Outra perspectiva nos serve de apoio para tratar de um novo código geopolítico, mesmo não falando diretamente nesses termos, é a de David Harvey. Esse autor afirma que uma das bases para se discutir o novo imperialismo estadunidense encontra-se no *Project for the New American Century*, que teve sua implementação iniciada em 1997. Ao analisar o documento mencionado, Harvey (2004:155) aponta algumas das propostas essenciais contidas no mesmo, como por exemplo: “a liderança norte-americana é boa tanto para os Estados Unidos como

para o resto do mundo”, e que “essa liderança requer força militar, energia diplomática e compromisso com princípios morais”. Como tais proposições são (im)postas como valores universais, acabam servindo como um código de comportamento para o mundo em sua totalidade. Além disso, é objetivo daquele projeto estadunidense buscar suporte para a implementação de uma política enérgica e bastante arraigada de enredamento global. Conforme Harvey (2004:156), “isso se traduz em exportar e se necessário impor códigos [geopolíticos] apropriados de conduta ao resto do mundo”.

Reforçando ainda mais a possibilidade de estimarmos a vigência do novo código geopolítico da prevenção, consideraremos as reflexões de Ceceña (2005). Essa autora, inspirada, em certos momentos, na ideia de logística, como “preparação contínua para a guerra” de Paul Virilio, afirma terem os Estados Unidos um propósito de atingir uma “dominação de espectro completo”, baseada numa “estratégia de guerra que combina quatro dimensões: **prevenção**, dissuasão, perseguição e eliminação” (p. 16, grifo nosso). A passagem seguinte retrata de maneira abrangente o significado da prevenção no contexto da nova geopolítica:

O que muda hoje é a concepção de prevenção, que manifesta a necessidade de dispor as posições de batalha com antecipação ou de estar sempre preparado para um conflito, para deslocar-se até o ponto de destruir toda possibilidade de ameaça. Nesta nova concepção o que se busca é diretamente evitar que o sujeito nasça, que se conforme (CECEÑA, 2005: 16).

Ao identificarmos o novo código geopolítico da prevenção, estamos em busca de uma interpretação “decodificadora”, ou seja, decodificar no sentido de tornar manifesto o novo código geopolítico da prevenção, percebendo seu papel significativo na territorialização em seu contorno militar.

O novo código geopolítico da prevenção pode ser entendido como cerne da geoestratégia orientada intencionalmente pelos Estados Unidos para o que está por vir, sempre com objetivo de adquirir melhores condições, contínua e qualitativamente. Seu conteúdo apresenta um movimento assentado na necessidade de prevenção da hegemonia, prevenindo qualquer risco futuro à preeminência geopolítica estadunidense. As ideias de preparação e disposição territorial antecipada são centrais na configuração da prevenção como código geopolítico

vigente e no processo de territorialização militar em rede (PINA, 2007). O novo código geopolítico da prevenção assume a condição de imperativo geoestratégico dos Estados Unidos para a América Latina.

O território não é mera extensão de uma base física que suporta redes, mas territórios que, apesar do conteúdo zonal estar presente de forma literalmente pontual, são redes, pois essas se constituem a partir do território. As redes como des-re-territorializadoras, portanto, não são o oposto do território, mas seu elemento constituinte. Daí podermos falar cada vez mais de um território-rede e de territorialização militar em rede.

O novo código geopolítico aponta a possibilidade de uma reinterpretação da categoria território, e, da mesma forma, para mais uma contribuição da geografia política à leitura do mundo contemporâneo pelo prisma da nova geopolítica estadunidense em sua vertente político-militar. As redes, ou este tipo de território organizado em rede, “introduzem aspectos geopolíticos novos e sublinham a necessária atualização da própria noção de território”, afirma Bakis (*apud* HAESBAERT, 2004: 295).

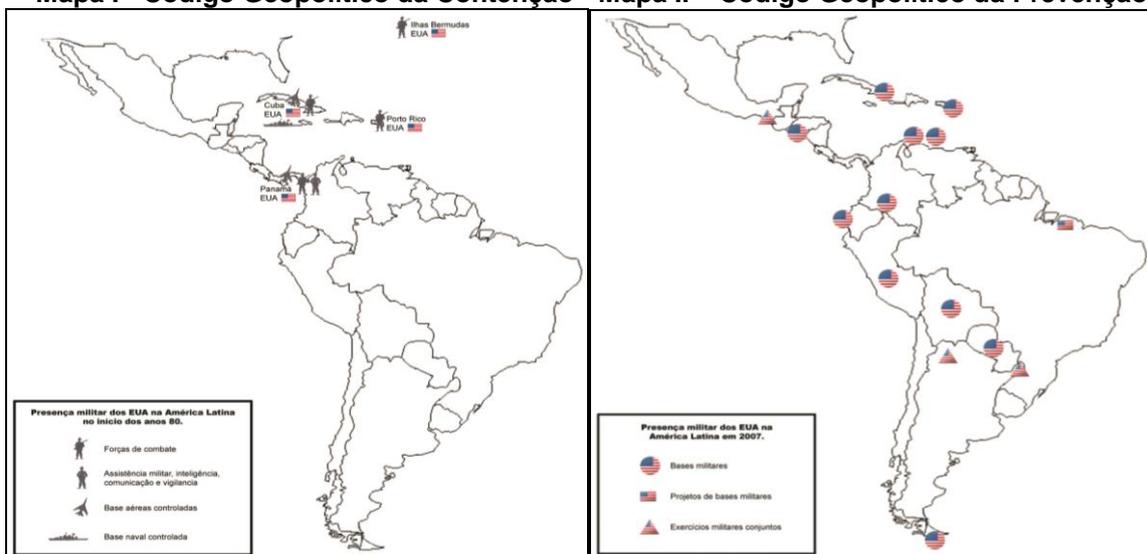
Territorialização é a produção, construção, configuração de territórios, ou seja, a resultante das ações dos atores na constituição processual de territórios. Territorializações podem ser efetivadas, mantidas, dilatadas e até mesmo reorientadas e desfeitas. Sendo assim, levando em conta o processo, e, sobretudo, a direção de quem o promove, é que teremos a definição clara de um território. Evidentemente, se a territorialização se configura em rede, a territorialidade e o território igualmente se configurarão de forma reticular.

Para compreendermos a territorialização militar em rede, nos valem da referência de Kastrup (2004), no sentido de interpretarmos tal processo como um todo não cicatrizado, apto a crescer, a todo tempo, por intermédio de pontos, em áreas geográficas várias e em diversos rumos. Todavia, a recíproca é verdadeira, ou seja, o território-rede pode cicatrizar, desaparecendo em retração progressiva. Com a circulação interrompida e os pontos desativados, a territorialização perde seu fôlego, podendo ser desfeita inclusive por outra territorialização, diferente ou até mesmo antagônica à primeira.

Em suma, territorialização militar em rede é um processo através do qual a formação de territórios é desdobrada por uma geoestratégia estatal de vertente político-militar e configurada de forma reticular. Pontos são ativados e desativados como resultado das tensões geoestratégicas entre forças sociopolíticas em seus respectivos tempos e espaços.

Enfim, apontamos para uma transição de códigos geopolíticos sobre a América Latina. No Mapa I, por seu turno, registra-se que a presença militar dos Estados Unidos sobre a América Latina nas décadas de 1970 e 1980 se concentrava, sobretudo, no entorno de Cuba, refletindo o código geopolítico da contenção. Por outro lado, ao confrontarmos o Mapa I com o Mapa II, fica evidente uma nova disposição territorial da presença militar estadunidense e suas áreas estratégicas, condizente a condução dada pelo novo código geopolítico da prevenção, onde o “cerco” para “conter o comunismo” em Cuba é desmontado, enquanto um “novo cerco” se estabelece abrindo um arco mais amplo sobre a região e evidencia um reposicionamento das bases/instalações militares.

Mapa I - Código Geopolítico da Contenção- Mapa II – Código Geopolítico da Prevenção



Adaptado por Pina, 2007. Fonte: Kidron e Segal (1981). Fonte: Pina, 2007.

A nova geopolítica estadunidense reafirma uma estratégia de descentralização e reposicionamento militar para a América Latina e requisita o controle de novas posições nas complexas tramas reticulares. A ativação/desativação dos pontos que redefinem o território-rede militar é produto

direto das relações de poder estabelecidas dentro das especificidades regionais latino-americanas.

As reacomodações geopolíticas em pauta na atualidade nos exigem interpretações decodificadoras e nos conduz à ponderação de que, se forma um arco militar preventivo na América Latina, o qual se abre (e dialeticamente se fecha) sobre a própria região. Trata-se de uma ossatura militar definida em rede pelas bases/instalações militares, e que se apresenta como o próprio arco preventivo que se abre amplamente, mas que concomitantemente circunda extensas áreas de grande importância estratégica.

A precedência de posições militares geoestratégicas na América Latina constitui uma (des)ordem territorial de meios preventivos a serem utilizados em situações suscetíveis de se realizar, que podem requerer um rápido emprego de força e mobilidade expressivas, focando maneiras específicas de controle territorial, e impondo de tal forma o ritmo necessário para a prevenção de riscos pelos Estados Unidos.

O novo código geopolítico aponta a necessidade de uma reinterpretação da territorialização, e, da mesma forma, para mais uma contribuição da geografia política à leitura do mundo contemporâneo pelo prisma da nova geopolítica estadunidense em sua vertente político-militar. Parece essencial decodificarmos os códigos, decifrarmos as pretensões e percebermos que nada se encontra totalmente definido, e que a definição dos territórios é processual e, na maioria das vezes, conflitante.

CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS?

Nos dias que correm, a reconfiguração do poder mundial suscita variadas análises com suas diversas previsões e provoca, simultaneamente, revisões nos distintos esquemas interpretativos que balizam tais análises. Este parece ser exatamente o caso da análise crítica da “nova ordem mundial” e dos cenários que se projetam a partir dela – mundo unipolar, multipolar, uni-multipolar, a-polar - e da revisão da imaginação geopolítica, respectivamente. Assim, falamos de geopolíticas críticas para entender as relações que formam a trama de poderes e os

contrapoderes exercidos na reacomodação geoestratégica do mundo contemporâneo. Falamos, igualmente, de tendências globais, numa perspectiva de renascimento da Eurásia mackinderiana, agora com novos pivôs e alcances territoriais. Entretanto, deve-se dedicar também uma atenção analítica aos imperativos geoestratégicos dos Estados Unidos em relação à América Latina. Nesse sentido, apontamos como a territorialização militar em rede promovida pela potência global americana incide e (re)configura a geopolítica do continente. A mudança do código geopolítico, nos termos discutidos neste texto, torna-se, assim, um vetor fundamental nesse processo de (re)configuração das realidades geopolíticas latino-americanas e seu significado para a ordem mundial proteiforme que ora assistimos.

A dimensão político-militar na definição da hegemonia nos parece ainda fundamental na definição da atual ordem mundial, especialmente no que tange às relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Nesse sentido, uma perspectiva segura concerne ao aprofundamento das atenções estadunidenses à presença militar que gestiona em territórios latino-americanos. O significado geopolítico tal tendência poderá assumir, constitui um desafio à atual imaginação político-geográfica.

Como os fluxos e contrafluxos das relações de poder se concretizam sob a forma de tensões e de resistências, garantindo-se a possibilidade real da redução do ritmo e da velocidade na redefinição do território-rede militar, podendo fazer com que ele, progressivamente, deixe de existir – através de uma nova territorialização –, vislumbram-se alternativas geoestratégicas emancipatórias, que apontem para novos espaços e novos sentidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGNEW, John. *Geopolítica*. Una re-visión de la política mundial. Madri: Trama, 2005.

_____. CORBRIDGE, Stewart. *Mastering space*. Hegemony, territory and international political economy. Londres: Routledge, 1995.

- _____. MITCHELL, K. TOAL, G. (ed.) *A companion to Political Geography*. Oxford: Blackwell, 2003
- AGUIRRE, Mariano. EE.UU.: perspectivas hacia 2025. *La Vanguardia*, 31 ago. 2012.
- BASSETS, Lluís. El pivote asiático de Obama. *El País*, 25 nov. 2012.
- BONIFACE, Pascal. El balance exterior de Obama. *La Vanguardia*, 21 set. 2012.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. *El gran tablero mundial*. La supremacía estadounidense y sus imperativos geoestratégicos. Barcelona: Paidós, 2008.
- _____. *Strategic vision. America and the crisis of global power*. Nova York: Basic Books, 2012.
- CECEÑA, Ana E. “Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites”. In CECEÑA, A. *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- CLINTON, Hillary. El arte del ‘smart power’ *La Vanguardia*, 26 jul. 2012.
- FLINT, Colin. *Introduction to Geopolitics*. Nova York: Routledge, 2006.
- GADDIS, John. *Estrategias de la contención*. Buenos Aires: Editor Latinoamericano, 1989.
- GALLAHER, Carolyn. Hegemony In. _____ et al. *Key concepts in Political Geography*. Londres: Sage, 2009
- GREGORY, Derek. *Colonial present*. Afghanistan, Palestine, Iraq. Malden: Blackwell, 2004.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- KASTRUP, Virgínia. “A rede: uma figura empírica da ontologia do presente”. In PARENTE, André (org). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- KIDRON, M. e SEGAL, R. *The state of the world atlas*. London: Pan Books, 1981.
- LIMA, Ivaldo. Geopolítica global: da promoção de resultados à busca de sentido. In *Revista Grifos*. Alba, R. (org.) Dossiê Geopolítica. Chapecó: Argos, 2005.
- _____. Entre a geopolítica do sentido e a justiça territorial. In. *Simpósio Internacional Geocrítica*, Bogotá, maio, 2012.

- MORAES, Glória. “Telecomunicações e o Poder Global dos EUA”. In Fiori (org.) *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- NAJI, Saeid. e JAWAN, Jayum. “Role of the Persian Gulf’s Oil in the US Geopolitical Codes during the Cold War Geopolitical Order”. In *International Journal of Business and Social Science*. Vol. 1 No. 5. 2011.
- NOGUÉ FONT, Joan e VINCENTE RUFÍ, Joan. *Geopolítica, identidade e globalização*. São Paulo: Annablume, 2006.
- Ó TUATHAIL, Gerard. *Critical geopolitics*. London: Routledge, 1996.
- PINA, Rodrigo. *Territorialização militar em rede e o imperialismo estadunidense na América Latina: um novo código geopolítico?* Dissertação de Mestrado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2007.
- RODRIGUES, Alexandre. “Dissuasão ou prevenção”. *Jornal defesa e relações internacionais*. 2004.
- TAYLOR, Peter e FLINT, Colin. *Geografía Política: Economía-mundo, Estado-Nación y Localidad*. Madri: Trama, 2002.
- VALENZUELA, Javier. Guerra de tronos 2030. *El País*, 02. Set. 2012.
- VALLADÃO, Alfredo. Los tres pilares del orden mundial In. *El Estado del Mundo*. Barcelona: Akal, 1994.
- WALLERSTEIN, I. *Geopolítica y Geocultura*. Ensaio sobre el moderno sistema mundial. Barcelona, Kairós, 2007.